



COIAB AYU'RU AMAZÔNIA INDÍGENA EM CONEXÃO

COIAB E APIB

Como a Amazônia brasileira fortaleceu o movimento indígena nacional. **Pág. 4**

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Coiab realiza articulações políticas e projetos visando a autodemarcação de territórios indígenas. **Pág. 6**



Foto: Kaiti Gavião

PELO CLIMA E PELA AMAZÔNIA, A RESPOSTA SOMOS NÓS!

Saiba como os povos indígenas da Amazônia brasileira estão se preparando para incidir na COP30 e outros espaços de discussão global. **Pág. 12**

PARENTINHOS

Crianças indígenas ganham espaço no Acampamento Terra Livre. **Pág. 10**

AMEAÇA À AMAZÔNIA

Grandes empreendimentos trazem riscos socioambientais ao bioma e aos povos indígenas. **Pág. 17**

PROJETOS

Conheça os projetos 'Dabucury' e 'Redes Indígenas da Amazônia' da Coiab. **Pág. 21**

CONEXÃO POVOS DA FLORESTA

Projeto leva conectividade a mais de 600 comunidades indígenas. **Pág. 24**



Foto: Rafael Melgueiro



Saudações, parentes e parentas!

Mais uma vez, nos encontramos no Acampamento Terra Livre, o maior espaço de mobilização dos povos indígenas do Brasil. Este é um ano histórico para a Amazônia brasileira, que se prepara para sediar a COP30, em Belém (PA). Enquanto o mundo discute como enfrentar a crise climática, nós, povos indígenas, já sabemos: sem nossa voz e conhecimento, não há solução.

A Coiab e o movimento indígena estão empenhados em garantir uma participação qualificada e estratégica

na COP30. Não basta ocupar espaços; é preciso ampliar nossas vozes e exigir que nossas contribuições ancestrais no enfrentamento da crise climática sejam incorporadas às políticas globais. Somos os primeiros a sentir os impactos da destruição, mesmo sendo aqueles que têm as respostas rumo ao equilíbrio climático.

Mas para isso, precisamos proteger nossos territórios. A demarcação de terras é a mãe de todas as lutas indígenas. O território para nós é vida, cultura, subsistência e espiritualidade. Hoje, proteger nossos territórios é proteger o futuro da humanidade. Enquanto o agronegócio, o garimpo e outros projetos predatórios avançam, os povos indígenas continuam a resistir e lutar por uma Amazônia viva.

Não podemos falar de luta indígena sem celebrar a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que comemora 20 anos de existência como nossa grande articulação nacional. A Coiab se orgulha de ter participado da construção da Apib desde o início, e por continuar caminhando conjuntamente na defesa dos direitos dos povos indígenas. Lembramos sempre: Apib somos todos nós!

E é com este sentimento de união e engajamento que nos preparamos estrategicamente para ocupar a COP30 - e além. A Coiab, junto da Apib, organizações de base e parceiros, implementaram estratégias como o G9 da Amazônia Indígena, a campanha "A Resposta Somos Nós" e a Troika Indígena em aliança com os povos do Pacífico. Cada uma dessas iniciativas é um passo importante para mostrar ao mundo que o combate à crise climática começa com a proteção dos povos indígenas, seja na Amazônia, seja nas ilhas do Pacífico. Somos nós as verdadeiras autoridades no combate a crise climática. Nossos conhecimentos, nossos territórios e nossas culturas são a barreira contra o colapso climático. Sem nós, não há Amazônia. Sem Amazônia, não há futuro.

Chamo todos os parentes e parentas a permanecemos unidos na luta, como sempre fizemos, como as verdadeiras autoridades climáticas e guardiões da biodiversidade. Nossa resistência é o que mantém a Amazônia viva. É nela que venceremos!

Toya Manchineri
Coordenador-geral

Saudações, parentes, parentas e amigos do movimento indígena!

Começamos o ano de 2025 com muitos avanços no âmbito nacional e internacional, além dos nossos projetos de vida. Apesar dos desafios que o movimento indígena enfrenta, tanto dentro quanto fora dos nossos territórios, como a invasão de terras e o retrocesso dos nossos direitos, continuamos firmes e fortes diante de todos os desafios que nos são propostos.

Este ano, estaremos juntos mais uma vez em uma jornada repleta de batalhas, incidências e conquistas. Destaco aqui os nossos territórios que estão se dedicando ao fortalecimento da autonomia, na gestão e manejo de suas terras, e na proteção contra os avanços da invasão de seus territórios.

A autonomia que os territórios estão conquistando é fundamental para que possam trabalhar em prol de sua sustentabilidade e do sustento de seu povo, abrangendo todos os aspectos relacionados à autonomia e sustentabilidade dentro de nossas comunidades.

Vamos juntos continuar essa luta!

Alcebias Saporá
Vice-coordenador



Foto: Pepy Krikati



Parentes e parentas!

A luta dos povos indígenas da Amazônia segue firme contra as ameaças que nos cercam, como o marco temporal e os empreendimentos predatórios que avançam sobre nossos territórios, colocando em risco a floresta, os rios e nossos modos de vida. Nós, povos indígenas, somos os verdadeiros guardiões da Amazônia, e nossa resistência é a garantia de sua conservação.

Nessa caminhada, as mulheres indígenas têm um papel fundamental: são elas as guardiãs das sementes, do conhecimento tradicional, dos costumes e das práticas que mantêm nossas culturas vivas. Neste ano de COP30, sabemos que a incidência qualificada só será possível se fortalecermos nossas lideranças desde a base, formando-as para ocupar espaços decisórios sobre o clima e os direitos territoriais.

É por isso que a Coiab investe em iniciativas como o Curso de Formação Estratégica de Lideranças Indígenas, que até maio capacitará 30 lideranças – homens e mulheres, com paridade de gênero – de toda a Amazônia brasileira. Acreditamos que o fortalecimento das vozes indígenas, especialmente das mulheres, é o caminho para garantir justiça climática e a proteção dos nossos territórios. Agradecemos aos parentes e organizações indígenas que acreditam no trabalho da Coiab e caminham conosco nessa jornada em defesa da Amazônia brasileira.

Boa leitura!

Dineva Kayabi
Coordenadora Tesoureira



Foto: Rafael Melgueiro



Foto: Bruna Sirayp

Parentes e parentas!

É com muita alegria que o movimento indígena da Amazônia Brasileira celebra os seus 36 anos através da Coiab, 21 anos de ATL e 20 anos de Apib. Isso tudo é fruto da luta das nossas lideranças mais antigas que tomaram a frente e viram que nós, enquanto movimento e povos indígenas, precisávamos nos organizar levando uma única voz. Hoje

temos o compromisso, principalmente quem está na coordenação executiva da Coiab, das organizações da rede, e na luta de seus povos, de seguir a luta dos nossos mais velhos, dos nossos ancestrais, fortalecendo cada vez mais nossas organizações, nossos povos e ecoando as vozes.

Através das nossas organizações, estamos conseguindo levar retorno para os territórios, seja através de pequenos projetos, como pelas chamadas do Podáali, fruto de construção coletiva da Coiab e suas lideranças, seja através de projetos para apoio à demarcação de terras na Amazônia, ou de apoio emergencial a brigadas, monitores, enfrentamentos a seca, enchentes, queimada e de gestão de territórios.

Estamos protegendo os nossos parentes que permanecem em isolamento voluntário, autônomos ou livres, buscando também unificar a juventude da Amazônia que estão assumindo essa bandeira de luta de seus povos e territórios. Também com as mulheres, homens e crianças, através

de formações, de encontros, estamos formando lideranças e aprendendo com eles, mas nunca esquecendo de onde viemos e do porquê estamos aqui.

Sabemos que temos muito ainda para avançar e conquistar, e esperamos sair mais fortalecidos da nossa luta. Estamos em mais um Acampamento Terra Livre e esse é um momento que a gente celebra junto com os nossos povos, traçamos estratégias para enfrentar os desafios e unificamos cada vez mais a nossa bandeira de luta, reforçando que se ainda existe floresta viva, água limpa e segurança alimentar. Isso por causa de nós, povos indígenas, dos nossos conhecimentos e do respeito que temos. Estamos a caminho de uma COP e a mensagem que queremos levar é A RESPOSTA SOMOS NÓS, e que a demarcação dos territórios precisam ser inserida como uma pauta climática.

Marciely Ayap Tupari
Coordenadora Secretária

COIAB É SÍMBOLO DE FORTALECIMENTO DA LUTA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

ORGANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA FOI RESPONSÁVEL POR UNIR POVOS INDÍGENAS DE DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL E IMPLEMENTAR CONJUNTAMENTE A APIB



Grafismo: Pica da jaca

Por Robson Delgado Baré



Acampamento Terra Livre. Foto: Acervo Chico Apurinã

Em 1988, a promulgação da nova Constituição foi um símbolo do processo de redemocratização nacional e uma virada de chave para os povos indígenas do Brasil. Nela, se decretava o reconhecimento dos “direitos dos povos indígenas, incluindo a posse das terras, a manutenção da identidade cultural e a proteção das manifestações culturais”. Esta é uma conquista do movimento indígena, que vem se articulando desde antes da Constituição para lutar pelo direito a seus modos de vida e territórios.

A Amazônia brasileira indígena possui um papel relevante dentro do movimento. No período pré-criação da Coiab, líderes indígenas da Amazônia foram fundamentais para que os povos indígenas pudessem garantir seus direitos na Constituição. Um dos momentos mais importantes é a criação

da entidade União Nacional Indígena (UNI), responsável pela luta por direitos dos povos indígenas no Brasil, surgida no início dos anos 1980. Sua criação foi uma resposta à violência praticada pelo Estado brasileiro. Na Amazônia, por volta do ano de 1986, representantes da UNI se destacam por estarem envolvidos em diálogos levados para a Constituição Federal, como José Urias Manchineri (AC), André Cruz Kambéba (AM) e Manoel Moura Tukano (AM).

Nesse mesmo período, organizações indígenas eram atuantes em diferentes regiões: o Conselho Indígena de Roraima (CIR), na época chamado CINTER (Conselho Indígena do Território de Roraima), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), atuando na região do Alto Rio Negro, representando 23 povos indígenas, e a Associação das

Mulheres Indígenas do Rio Negro (AMARN) foram fundamentais não só para a criação da Coiab, mas para que o movimento indígena da Amazônia se fortalecesse.

Em 1987, com o desenvolvimento do projeto Calha Norte, surgiu a necessidade de se criar a FOIRN para combater o que era proposto no projeto. Lideranças viam como problemática a ocupação de seus territórios, enquanto o Estado tinha o discurso de “desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas”. Havia um entendimento interno das lideranças indígenas que esse projeto reduziria os territórios, transformando as terras indígenas em colônias, por isso proteger e demarcar seus territórios era essencial para o momento. A Terra Indígena do Alto Rio Negro, por exemplo, foi demarcada apenas no final de 1995.

Neste cenário, demarcação, saúde e proteção da cultura foram pautas importantes a serem levadas na construção da Constituição, representada por lideranças dessas regiões e dos fundadores da Coiab, que foi criada em 1989, um ano após a promulgação da Carta Magna. A Coiab se firmou na conquista de direitos e impulsionou o destaque de organizações e lideranças indígenas na Amazônia. Pensando nas estratégias políticas, e com diálogos com a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), foi sendo estabelecido a ideia de uma organização representando os povos indígenas do Brasil, sediada em Brasília, com o intuito de participar dos debates na capital brasileira.

Em 28 de abril de 1992, ocorreu a fundação do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib), resultado do diálogo direto entre as organizações Coiab e Apoinme. A Capoib teve como primeiro coordenador José Urias Manchineri (AC), que também foi um dos fundadores da Coiab. No decorrer dos anos 1990, outras políticas públicas referentes aos povos indígenas estavam sendo aplicadas por empenho das organizações unidas e desenvolvendo atividades em seus territórios por todo o Brasil.

Segundo Orlando Baré, um dos fundadores e primeiro coordenador-geral da Coiab, essa era uma demanda que o movimento indígena precisava para a garantir seus direitos de uma forma mais efetiva. “A gente precisava se unir para mostrar nossa força e nossa competência para propor ideias junto ao governo, por isso estar articulado conjuntamente se fazia necessário, ter lideranças de peso para construir algo para todos, incidindo direto em Brasília, que era o centro do país e onde existiam pessoas e organizações que podiam nos ajudar”.

No final dos anos 1990, a Capoib foi dissolvida, tendo como um dos fatores os conflitos diante da complexidade de diferentes povos e culturas indígenas. Olhando para trás, a ideia de uma organização nacional indígena ainda era algo novo para as lideranças da época e também para o Brasil, que ainda não entendiam as pautas do movimento indígena. Kleber Karipuna, Coordenador Executivo da Apib representando a Coiab, cita a falta de experiência institucional:

“Uma falta de experiência de gestão administrativa, financeira, de uma organização em formato de não indígena para o que seria um formato indígena é um processo formativo que se inicia muito na segunda metade da década de 90. Um processo formativo que eu digo, das organizações

indigenistas, as próprias organizações indígenas começarem a investir em processo de formação do que é uma organização, conhecer melhor essa dinâmica e você começar a formar as lideranças que são lideranças políticas natas, para entender o processo de organização do Estado brasileiro. O processo de organização de funcionamento com uma estrutura organizativa como uma associação”.

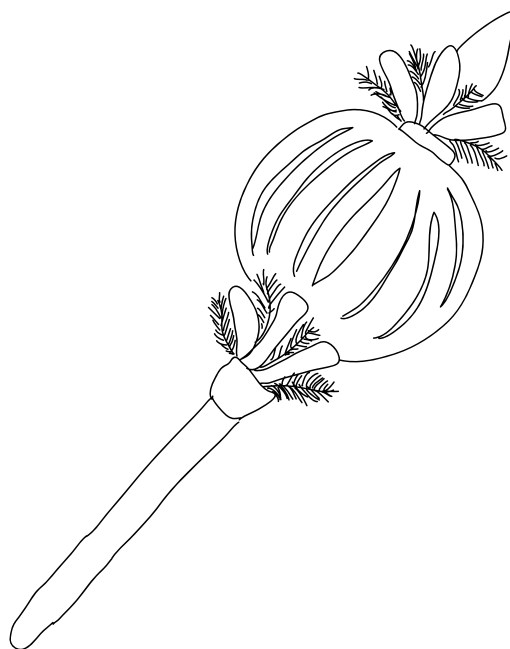
Após o fim da Capoib, a Coiab precisava de um representante em Brasília para facilitar o contato com apoiadores e autoridades políticas sediados na capital federal. Chico Apurinã foi o escolhido, em 2004. Após a implementação da representação em Brasília, outras organizações pediram auxílio da Coiab para o fortalecimento de suas organizações, como a ArpinSul e ArpinSudeste. Chico Apurinã rememora o momento: “Essa representação foi bastante importante para dar essa continuidade da nossa articulação pela Amazônia, mas não foi em todo Brasil, começou na Amazônia, uma vez que tudo se discutia, era esse entendimento nosso e ainda continua dessa forma”.

Nesse hiato do movimento indígena nacional, de 2000 até 2004, a Coiab incidia em Brasília com toda sua experiência de trabalho no movimento indígena, articulando com governo, parceiros e apoiadores. Com o fortalecimento da representação, a Coiab recebeu e acolheu inúmeras lideranças durante esse período, impulsionando outras organizações do Brasil. Juntas, tornaram-se a base da atual Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Em abril de 2004, aconteceu o 1º Acampamento Terra Livre (ATL) realizado em Brasília, puxado pelos indígenas Guarani do sul do País, mas logo aderida pelas lideranças da Amazônia e Coiab. Segundo arquivo da Apib, “a mobilização foi

em reação e protesto contra a falta de sinais de por onde iria à Nova Política Indigenista pactuada no período eleitoral com o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, e materializada no Caderno Povos Indígenas do Programa Lula Presidente”. A mobilização demandava a demarcação de terras indígenas, criação do Conselho Superior de Política Indigenista, contenção das invasões dos territórios e o aumento da violência contra os povos indígenas e assegurar a participação dos povos indígenas na discussão das políticas. Todas essas pautas já eram estudadas e debatidas pela Coiab, sendo ela essencial para o fortalecimento institucional e do movimento indígena do país.

No ATL, foi levantada a questão da representação dos povos indígenas e forma mais conjunta e eficaz. Ali se iniciava o diálogo para a construção do que viria a ser a Apib. Após muito debate de como fazer funcionar essa nova organização, foi fundada em novembro de 2005 a Apib, que hoje tem como organizações de



Chocalho de Cabeça e Plumaz de Tucano - Guarany -PR

base a Coiab, Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), Conselho do Povo Terena, Grande Assembléia do povo Guarani (Aty guasu), Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ArpinSudeste) e Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul). Estabelecendo suas diretrizes na época, como Chico ressalta, “... uma pauta bem definida que era a questão de que o movimento indígena devia estruturar o órgão indígena Funai e discutir a política nacional de gestão territorial”.

Para Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas do Brasil e coordenadora da Apib de 2013 a 2021, representando a Coiab, e também ex vice-coordenadora da Coiab, a Amazônia representa a união dos povos indígenas do Brasil: “A Coiab foi a organização mais proativa para divulgar a Apib, para fortalecer e ter esse respaldo junto aos povos indígenas do Brasil. A Coiab sempre foi a organização que fortaleceu e uniu o movimento indígena no Brasil, buscando essa articulação com todas as regiões”.

Sônia exalta a referência que hoje a Apib se tornou para os povos indígenas do Brasil: “A Apib é referência internacional de articulação na luta por direitos e interesse dos povos indígenas. Conseguiu um avanço no sentido de implemen-

tar um direito constitucional, que é o reconhecimento de uma organização social própria dos povos indígenas, mesmo não tendo uma personalidade jurídica. Mas hoje ela está totalmente consolidada, enquanto organização representativa dos povos indígenas do Brasil. Sendo fundamental para a garantia de representação nos espaços de debates políticos e sociais”, afirma.

A Coiab espera que o movimento indígena no contexto do Brasil se fortaleça a cada dia, relembrando essa construção histórica e incentivando a formação de novos líderes indígenas para destacarmos nossas lutas e nossos ideais para outras gerações. Assim como os fundadores das organizações de base da Coiab, a própria Coiab, a Capoib e Apib fortaleceram a luta pensando no coletivo dos direitos indígenas, mobilizando todos os territórios para um bem comum.

A coordenadora secretária da Coiab, Marciely Tupari, fala das suas perspectivas para o futuro da Apib: “Eu espero para o futuro da nossa Apib e do movimento indígena uma organização mais articulada, fazendo incidências, articulando, mobilizando e com vitória também. Incidindo nesses espaços, tanto dentro do Supremo, dentro do Senado até a Câmara dos Deputados. Com atividades cada vez mais coletivas e conquistando nossos direitos que o Estado tem a obrigação de cumprir”, finaliza.



Grafismo: Sateré-Mawé

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS É UMA DAS PRIORIDADES DA COIAB DESDE SUA CRIAÇÃO

DE ARTICULAÇÕES POLÍTICAS ATÉ PROJETOS QUE ENVOLVEM A AUTODEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS SÃO ATIVIDADES QUE A COIAB DESEMPENHA

Por Robson Delgado Baré

Por mais de três décadas com atividades vinculadas ao direito dos povos indígenas, a Coiab se fortalece a cada dia nas conquistas e luta do movimento indígena do Brasil. Um dos maiores objetivos de sua criação é a garantia dos territórios indígenas, sendo assim, a Coiab esteve e continua envolvida em articulações, programas e projetos que envolvem a demarcação de terras indígenas na Amazônia.

Em seu eixo ‘Autonomia e sustentabilidade dos povos e territórios indígenas’, a Coiab deixa claro seu objetivo

no tema da demarcação, promovendo ações para incidir politicamente em qualquer atividade do Estado relacionada às gestões ambiental e territorial dos territórios indígenas, empoderar o conhecimento indígena como imprescindível para proteção dos territórios e da biodiversidade, desenvolver planos de ações estratégicos, difundir informações contendo diagnósticos sobre situação da autonomia e da gestão territorial e ambiental e viabilizar a soberania alimentar e a economia indígena.

Em sua essência, a demarcação é

um processo jurídico que define os limites dos territórios tradicionalmente ocupados por povos originários. O objetivo é assegurar os direitos dos povos indígenas e proteger os seus territórios. Entretanto, os processos de demarcação atualmente estão lentos e com dificuldades na própria legislação, sendo afetados pela Lei 14.701/2023 do Marco Temporal, a PEC 48 e a Mesa de Conciliação do Supremo Tribunal Federal (STF).



Reunião sobre a PPTAL. Foto: Acervo pessoal Chico Apurinã.

A Constituição de 1988 foi um ponto crucial para que os povos indígenas avançassem na demarcação de seus territórios, com a criação de políticas públicas impulsionando essa atividade. O momento também se fazia oportuno pela situação que o planeta se encontrava no começo da década de 90. Assuntos como o aquecimento global e efeitos do gás carbônico na atmosfera ganhavam espaço na mídia. Em 1992, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92 ou Rio-92, visando debater o cenário ambiental global, analisar metas para controlar as emissões de CO², criar parâmetros para proteger a biodiversidade e propor formas de desenvolvimento sustentável.

Neste encontro, foi entendido que a demarcação de terras indígenas é uma forma de combate às mudanças climáticas, por isso foram criados programas que impulsionassem a demarcação. Cássio Inglês, antropólogo da Comtexto Consultoria e assistente técnico do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) entre 2003 e 2008, fala sobre o desenvolvimento desses projetos: “Foi criado um Programa de Cooperação Internacional voltado para conservação e preservação ambiental da Amazônia e da Mata Atlântica no Brasil no início dos anos 90, chamado PPG7 [Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais no Brasil]. Esse programa surgiu a partir da ECO-92. Um dos focos era a Floresta Amazônica, uma das conclusões desse encontro é que precisaria haver um esforço dos governos onde existem essas florestas tropicais para conservação e preservação. Com o exemplo do Brasil com florestas da Amazônica e a Mata Atlântica”.

Concluiu-se que boa parte da degradação ambiental é causada pelos países ricos, e que esses países precisariam investir recursos nesses processos de preservação e conservação ambiental. Com isso, os recursos da Cooperação Internacional, oriundos da Alemanha, Japão, Inglaterra, Estados Unidos entre outros países, seriam repassados para o governo brasileiro fazer os programas na Amazônia. Foram mais de 20 projetos dentro do PPG7.

Cássio também cita a participação da Coiab para implementação dos projetos que impulsionaram a demarcação: “Os representantes indígenas indicados pela Coiab que participaram da Rio-92 foram muito importantes para mostrar a importância das terras indígenas para a preservação ambiental. Mostrando que as terras indígenas são sempre mais preservadas do que as outras terras [...] Existia uma emergência dos direitos indígenas no Brasil, um compromisso do governo brasileiro de demarcar todas as terras indígenas em 5 anos após a promulgação da Constituição. O primeiro programa pensado dentro dessa Cooperação Internacional foi o PPTAL. Era um programa executado pela Funai, voltado principalmente para demarcação de terras indígenas na Amazônia brasileira.”

Dois projetos se destacam nesse período: o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), com o objetivo de proteger os povos indígenas e os recursos naturais da Amazônia brasileira, visando regularizar as terras indígenas, garantir a demarcação e proteção das terras indígenas e aumentar o bem-estar dos povos indígenas; e o Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI), programa do Ministério do Meio Ambiente que visava melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas, fortalecendo a gestão ambiental em terras indígenas e melhorando a qualidade de vida das populações indígenas. Dentro desses dois projetos, a participação da Coiab tinha destaque, como relembra Valéria Paye, do povo Kaxuyana e Tiriyo, diretora executiva do Fundo Indígena da Amazônia Brasileira - Podáali.

“Desde a formulação e da execução do PPTAL, a Coiab participou diretamente e esteve envolvida nos processos de decisão. Pude participar de processos de avaliação de projetos ou programas que permitiram a demarcação de vários desses territórios na Amazônia brasileira. A Coiab tem um papel super importante neste processo, não só de incidência, participando de processos de construção dentro de espaços diversos, mas também de construção, principalmente junto ao Estado brasileiro. Os povos indígenas, liderados pela Coiab, têm papel importante em todas essas incidências e construções”.



Valéria Paye em ação no Supremo Tribunal Federal. Foto: Acervo pessoal.

A Coiab, desde sua fundação, vinha alcançando resultados diretos na conquista dos direitos indígenas, a partir dos artigos 231 e 232 da Constituição. Com isso, iniciou uma discussão entre as lideranças indígenas, que dialogavam com o governo brasileiro através do PPG7 e da Coiab, que teve protagonismo desde o início desses projetos. O PPTAL possuía uma Câmara Técnica que avaliava e aprovava todos os projetos e demarcações e orientava a gestão do programa. Nessa comissão técnica, a Coiab participava de forma paritária, ou seja, metade dos membros dessa comissão era de indígenas indicados pela Coiab e a outra metade era do governo. Vale ressaltar que hoje, segundo dados divulgados pela Funai, temos mais de 110 milhões hectares de terras indígenas demarcadas, das quais 100 milhões de hectares foram garantidos por meio desses programas que incentivaram a demarcação das terras indígenas na Amazônia.

Atualmente, a Coiab atua em dois projetos voltados ao tema da autodemarcação de terras indígenas. O primeiro é o Projeto Garantindo os Direitos Territoriais dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira, executado pelo Podáali com apoio do financiador The Tenure Facility. O projeto visa apoiar o fortalecimento das organizações de cinco TIs da Amazônia brasileira: TI Kaxuyana-Tunayana (PA), TI Kapyra-Kanakury (AM), TI Riozinho do Iaco (AC), TI Ituna-Itatá (PA) e TI Taqaritiua (MA), para avançar na garantia dos seus direitos constitucionais. Outro projeto é o Iniciativa de Terras Indígenas, com financiamento da Indian Law, com atividades realizadas em três territórios na Amazônia Brasileira: Awá Canoeiro (TO), Tapayuna (MT) e Wajuru (RO). O projeto incentiva a autodemarcação dos povos indígenas dessas regiões, assim como a proteção dos povos indígenas em isolamento voluntário e de recente contato.

“A Coiab nasce com o objetivo da retomada dos territórios indígenas. Projetos com a temática de demarcação visam fortalecer as ações das organizações da base da Coiab para cobrar do Estado a demarcação. A autodemarcação é um ato político, mostrando ao Estado que se ele não quer reconhecer os limites do nosso território, nós sabemos identificar onde são nossos territórios. Fazendo com que os povos atuem de modo autônomo nos territórios, precisando apenas que o Estado reconheça de modo legal nossas terras. Por isso que o projeto é importante, pois fortalece as ações que já realizamos, mas também fortalece o que a Funai faz, em um trabalho conjunto”, explica o coordenador-geral da Coiab, Toya Manchineri.

A demarcação de terras indígenas no Brasil enfrenta diversos desafios políticos e jurídicos. Um exemplo é a forte influência do setor agropecuário e



Visita da Coiab e Podáali na Terra Indígena Riozinho do Iaco (AC), para desenvolvimento do projeto Garantindo os Direitos Territoriais dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira. Foto: Isaka Huni Kuin, junho de 2024.

madeireiro sobre as políticas públicas, o que dificulta novos processos de demarcação. O processo de demarcação pode levar anos devido a entraves administrativos e falta de priorização e investimento pelo governo. Invasões, garimpo ilegal e conflitos territoriais dificultam a segurança e permanência dos povos em seus territórios. Além disso, mudanças legislativas e jurídicas, como o Marco Temporal, visam restringir a demarcação de terras indígenas.

“A Lei 14.701/23 que trata, dentre outros, do Marco Temporal, está em vigor e afetando negativamente os povos indígenas direta e indiretamente. Direta em razão de todo o retrocesso que promove quanto aos direitos indígenas, especialmente os territoriais com a fragilização do procedimento administrativo de demarcação, e indireto por fortalecer, em alguma medida, aqueles que historicamente violam os direitos indígenas tornando essa prática recorrente cada vez mais confortável”, diz a coordenadora da Assessoria Jurídica da Coiab, Kari Guajajara.

A luta pela demarcação continua enfrentando obstáculos, e a mobilização indígena segue essencial para garantir os direitos territoriais por meio de articulações políticas e projetos que auxiliam a demarcação de terras indígenas na Amazônia Brasileira. A Coiab tem papel fundamental nesse processo de demarcação, como articuladora política e agente de fortalecimento dos territórios e suas organizações por meio de projetos, para que os povos indígenas possam lutar pela autodemarcação e seus direitos constitucionais.



Kari Guajajara na 1ª audiência da mesa de conciliação. Foto: Supremo Tribunal Federal, agosto de 2024.



Grafismo Guajajara

445

Terras Indígenas homologadas

Dados: Governo Federal/Funai

261

em processo de demarcação

36

identificadas
(esperando
assinatura da
União)

48

reservas

06

com portaria
de Restrição
de uso

68

declaradas (esperando
assinaturas do Governo
Federal)

10

áreas
dominiais

51

em estudo

20

reservas em
processo de
regularização

COIAB ESTREIA ESPAÇO PARA CRIANÇAS INDÍGENAS NO ATL

CAFI PARENTINHO: UM ESPAÇO EXCLUSIVO DE ACOLHIMENTO E FORMAÇÃO PARA CRIANÇAS INDÍGENAS

Por Antônio Marinbo Piratapuia



Tenda do Cafí Parentinho instala no ATL 2024 para acolher crianças indígenas. Crédito: Vicente Buya

A Coiab, por meio do Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi), realizou um feito inédito no Acampamento Terra Livre (ATL) de 2024 dedicando um espaço de acolhimento e formação às crianças indígenas que participaram da maior mobilização indígena do país. O espaço Cafí Parentinho, como ficou conhecido, foi instalado na tenda da Coiab e recebeu mais de 100 crianças das regiões e biomas do Brasil.

Essa iniciativa é um marco da atual gestão da Coiab, que em 2022 retomou as atividades do Cafi para seguir fortalecendo líderes indígenas na luta por direitos junto às organizações do movimento indígena, proporcionando, para além de cursos técnicos, formação política para lideranças de diferentes povos. O nome “Cafí Parentinho” faz referência ao Centro Amazônico de Formação Indígena e “parente” ao modo de tratamento entre povos indígenas.

A IMPORTÂNCIA DO CAFI PARENTINHO

Toya Manchineri, coordenador-geral da Coiab, conta que o Cafí Parentinho nasceu de um olhar sobre a participação das mulheres indígenas no ATL com o objetivo de garantir e fortalecer sua participação efetiva nas atividades. “Uma de nossas bandeiras é fortalecer a participação das mulheres. No ATL elas não participavam ativamente porque todas levavam as crianças pequenas e não tinham onde deixar. Então, no primeiro momento o Cafí Parentinho é cuidar das crianças para que as mulheres pudessem participar das discussões e debates do ATL”, afirmou o coordenador geral.

Ele também ressalta os trabalhos realizados pelo espaço do Cafí Parentinho na formação das futuras lideranças indígenas, abordando temáticas que são discutidas na tenda da principal e transformadas para realidade das crianças. “São novas lideranças que estamos formando, como vários dos nossos povos que formam pajés desde os cinco anos de idade, o Cafi está formando crianças de dez e doze anos de idade para que elas possam, né, não debater igual os adultos, mas ter pelo menos uma visão como é a questão das mudanças climáticas, por exemplo”, disse Toya Manchineri.

UMA EDUCAÇÃO INDÍGENA PARA O FUTURO

A gerente de formação e coordenadora pedagógica do Cafi, Gracinha Manchineri, destaca que as ações do Cafí Parentinho foram muito além do



Angela Kaxuyana com filha contando a história do movimento indígena da Amazônia para as crianças. Foto: Vicente Buya, abril de 2024.

objetivo proposto inicialmente, que era de acolher crianças indígenas. “Nós conseguimos trabalhar temas estratégicos da tenda da Coiab como mudanças climáticas, mineração e contaminação dos rios e a história do movimento indígena da Amazônia e do Brasil com uma metodologia adequada à idade de cada criança, sempre trazendo momentos lúdicos e interativos”, afirmou.

Gracinha salienta que o Cafí Parentinho também busca construir uma nova perspectiva de educação escolar indígena, que trabalhe a realidade dos povos indígenas, seus territórios e os problemas que enfrentam, e que seja mais adequada à cultura e às necessidades das crianças indígenas.

Ela relata uma experiência a partir desse modelo: “Quando a gente foi trabalhar mudanças climáticas, nós trabalhamos com um mapa, onde as crianças se localizavam nos seus territórios, nos seus estados. Elas iam falando na sua língua e com tradução de pessoas ali da comunidade, daquele povo, dizendo o que estava acontecendo em cada território, a ponto de uma parenta Kayapó falar que elas não podiam mais tomar banho naquele rio, porque a água estava contaminada. Então, essas questões foram muito fortes e percebemos que conseguimos alcançar o objetivo”.

A iniciativa da Coiab de instalar o Cafí Parentinho na maior mobilização popular dos povos indígenas do Brasil foi inovadora e estratégica, chamando atenção das demais delegações indígenas, do público não-indígena e da mídia. “Nunca nas outras edições do ATL houve um espaço pensado só para os parentinhos. Não imaginávamos que ia ter essa visibilidade e repercussão. Inclusive crianças de outras regiões querendo ir para tenda da Coiab para participar das atividades do Cafí Parentinho”, relata Auricélia Arapiun, técnica pedagógica e articuladora de gênero do Cafí.

Ressaltando a conexão que os povos originários têm com as florestas e os rios desde a infância, Auricélia Arapiun destaca que o Cafí Parentinho é uma “ideia inovadora muito ancestral, para as pessoas entenderem que a floresta não é só floresta, que a floresta, além de ter animais e muitas vidas, tem essas crianças que dependem dela”.

E chama atenção para a proteção dos territórios que devem ser livres de violências para as futuras gerações. “Para nós,

povos indígenas, a pior das violências são aquelas que matam os nossos rios, porque a gente e as crianças perdermos a liberdade de tomar banho, de comer o peixe, porque está contaminado pelo mercúrio, contaminado pelo agronegócio, são os igarapés que estão secando, então, é a vida delas, depende muito de um rio, de uma floresta... Então, que as pessoas possam pensar antes de invadir nossos territórios, pensar nessas crianças que estão lá”.

UMA REDE DE APOIO PARA O FUTURO

A estreia do Cafí Parentinho contou com o apoio de diversas organizações, como: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 350.org, Flacso, Instituto Amazônia Açu, menstrUA, WWF, FIMI e Amazônia de Pé, além de voluntários que garantiram o bem-estar das crianças. Um intercâmbio também foi realizado com a Escola da Árvore que desenvolve um modelo de aprendizagem diferenciado na educação infantil, tendo a natureza como um dos eixos que orientam sua proposta pedagógica.

“A Escola da Árvore levou seus alunos para tenda, onde tiveram a oportunidade de interagir e trocar experiências. Esse intercâmbio visava promover a descolonização da história, permitindo que as crianças indígenas compartilhassem suas próprias perspectivas e experiências”, contou Dineva Kayabi, pedagoga intercultural e coordenadora tesoureira da Coiab.

EXPANSÃO E FUTURO: OS PRÓXIMOS PASSOS DO CAFÍ PARENTINHO

A iniciativa transformadora do Cafí Parentinho no ATL abriu caminhos para sua expansão. A Coiab planeja expandir as ações do Cafí Parentinho para os nove estados da Amazônia brasileira, realizando encontros com professores indígenas para trabalhar uma nova perspectiva de educação indígena. “A ideia é que esses professores, após a formação, assumam o compromisso de executar as ações do Cafí Parentinho nas escolas do seu território”, afirmou a coordenadora pedagógica do Cafí.

Para o ATL 2025 estão previstas diversas atividades na tenda do Cafí Parentinho. Entre elas está o recebimento das crianças pelo representante da UNICEF no Brasil, debates sobre mudanças climáticas e a construção de um documento e vídeo manifesto. Também está prevista uma visita à Escola da Árvore.

Além disso, com a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que acontecerá em novembro de 2025, o Centro Amazônico de Formação Indígena pretende preparar crianças para serem reconhecidas como “autoridades climáticas”. “O Cafí pretende trabalhar temas estratégicos no ATL 2025 que serão discutidos pela Coiab na tenda principal da COP30, adaptando a abordagem para as crianças, principalmente em relação às mudanças climáticas e seus efeitos nos territórios”, disse Gracinha Manchineri.

A luta pela preservação dos territórios indígenas começa desde cedo e o Cafí Parentinho está garantindo que as novas gerações estejam prontas para enfrentar esse desafio.



PELO CLIMA E PELA AMAZÔNIA, A RESPOSTA SOMOS NÓS!

AMAZÔNIA INDÍGENA BRASILEIRA SE PREPARA PARA INCIDIR NA COP30 - E ALÉM

Por Valdeniza Vasques

Em 2025, todos os olhos estão voltados para a Amazônia, que sediará a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP30, em novembro, em Belém (PA). Os povos indígenas da Amazônia brasileira, verdadeiros guardiões da biodiversidade e autoridades climáticas, se preparam para incidir na conferência que reunirá os países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para debater e decidir sobre metas, ações e estratégias de enfrentamento à crise climática.

Para ampliar a voz dos povos indígenas na luta contra as mudanças climáticas, promover uma participação ativa nas discussões globais e reforçar a importância dos conhecimentos tradicionais para soluções ambientais, a Coiab traçou uma jornada estratégica rumo à COP30 e outros espaços de decisão global, envolvendo os nove estados da Amazônia brasileira, a Bacia Amazônica e organizações indígenas de outros continentes.

Um passo importante desta estratégia acontece no **Acampamento Terra Livre (ATL) 2025**, que terá não só a presença de indígenas de todo o Brasil, mas também de lideranças dos nove países da Bacia Amazônica, do Canadá, da Austrália e das Ilhas do Pacífico. Sob o tema 'Pelo clima e pela Amazônia: A Resposta Somos Nós', povos ao redor do mundo respondem ao chamado global lançado pela Coiab, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e organizações parceiras.

A campanha '**A Resposta Somos Nós**' foi pensada durante o planejamento de comunicação estratégica da agenda climática da Coiab, em julho de 2024, em Manaus (AM), onde a Coiab reuniu cerca de 80 comunicadores e lideranças indígenas para construir o plano de incidência indígena para a COP30. O objetivo da campanha é ser um chamado global de conscientização e mobilização por justiça climática, com protagonismo indígena. A iniciativa foi apresentada a

parceiros da Coiab em eventos como a Semana do Clima de Nova York, em setembro daquele ano, e teve o pré-lançamento com uma marcha durante a COP16 da Biodiversidade, realizada em Calí, na Colômbia, de outubro a novembro de 2024. O lançamento oficial do chamado ocorreu durante o encontro do G20, no Rio de Janeiro, também em novembro.

Entre as prioridades da campanha, no contexto da COP30, estão a copresidência da COP30 no Brasil; o fim da era dos combustíveis fósseis e uma transição energética justa, financiamento climático direto para os povos indígenas; proteção integral dos biomas que são os principais sumidouros naturais de carbono; planos climáticos mais ambiciosos; e o reconhecimento da demarcação de terras indígenas como política climática e parte das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil.



Foto: Kaiti Gavião

G9 DA AMAZÔNIA INDÍGENA

Paralelamente, a Coiab liderou a criação de outro mecanismo de protagonismo dos povos indígenas da Amazônia nos temas globais com foco no clima, biodiversidade e desertificação: o **G9 da Amazônia Indígena**. A articulação, aos moldes do G20, reúne organizações indígenas dos países da Bacia Amazônica, em uma estrutura que incorpora a autoridade e governança das lideranças indígenas.

O G9 foi pactuado durante o Encontro Internacional de Povos Indígenas da Bacia Amazônica, em agosto de 2024, em Bogotá, Colômbia. Lideranças da Coiab (Brasil), OPIAC (Colômbia), APA (Guiana), AIDSESP (Peru), CONFENIAE (Equador), ORPIA (Venezuela), CIDOB (Bolívia) e OIS (Suriname) assinaram uma carta com eixos prioritários: autoridade dos povos indígenas da Amazônia e importância para a conservação da biodiversidade e regulação climática; reconhecimento e

proteção dos povos indígenas isolados e de contato inicial e seus territórios; unidade do movimento indígena amazônico; garantia de direitos e políticas coerentes para o cuidado da vida; segurança jurídica dos territórios indígenas como estratégia eficaz de combate às crises climáticas e de biodiversidade; financiamento direto aos povos indígenas em reconhecimento ao trabalho dos povos indígenas para combater a crise climática e conservação da biodiversidade; inclusão; e a criação do Órgão Subsidiário do artigo 8J da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Esta última demanda foi atendida durante a COP16 da CBD, na Colômbia. O órgão tem como objetivos integrar os povos indígenas e comunidades tradicionais nas negociações e implementação da CBD, considerando os conhecimentos tradicionais indígenas nas políticas de biodiversidade, com respeito aos direitos indígenas e garantia do consentimento livre, prévio e



Lideranças da Bacia Amazônica pactuam o G9 da Amazônia indígena. Foto: Comunicação OPIAC

informado sobre políticas que afetem seus territórios e modos de vida.

O G9 reuniu-se novamente em fevereiro deste ano em Manaus, onde reafirmou a urgência de ações climáticas efetivas. Além das demandas do acordo conjunto estabelecido em 2024, a articulação enfatizou o fim da exploração de petróleo na Amazônia e o reconhecimento das organizações indígenas e seus mecanismos financeiros próprios para destinação, sem intermediários, de recursos para o enfrentamento das mudanças climáticas nos territórios indígenas.



Organizações da Amazônia

TROIKA DOS POVOS INDÍGENAS

Outra iniciativa da Coiab no âmbito internacional foi o lançamento da **Troika dos Povos Indígenas** durante a COP29, realizada em Baku, capital do Azerbaijão, em novembro de 2024. Lideranças indígenas do Brasil, Austrália e Ilhas do Pacífico uniram-se para fortalecer a participação global dos povos indígenas nas negociações climáticas. Os objetivos da troika incluem o estabelecimento de uma aliança global representativa dos povos indígenas; ampliação da incidência indígena a vários níveis;

pressão às nações ricas para cumprirem suas responsabilidades no financiamento climático, assim como financiamento direto aos povos indígenas; fim da era dos combustíveis fósseis com uma transição energética justa; e atuação por metas climáticas alinhadas com as metas do Acordo de Paris, demarcação e titulação de terras indígenas nas NDCs dos países.

As lideranças envolvidas no G9 e na Troika participarão do ATL deste ano em Brasília, onde devem realizar um Balanço Ético Global sobre o clima, uma

discussão e avaliação sobre como seus respectivos países estão lidando com os compromissos climáticos assumidos. O diálogo deve gerar um documento com reivindicações em comum sobre as políticas de clima e biodiversidade para os povos indígenas.

“Nosso objetivo é inserir, nas NDCs dos países, a demarcação e titulação dos territórios indígenas como política climática, e queremos a definição por parte Estados de quantas terras indígenas serão demarcadas e tituladas até a próxima COP, que deve ser na Austrália. Outra questão que vamos trabalhar é para que os Estados reconheçam os fundos indígenas como mecanismos de captação de recursos dos fundos climáticos, para ajudar na minimização dos impactos climáticos e emissão de gases de efeito estufa. São pontos que vamos trabalhar em conjunto para chegarmos afinados na COP”, adianta Toya Manchineri, coordenador-geral da Coiab.

A cooperação internacional é um ponto-chave para a Coiab, adotada com mais força a partir da IV Reunião de Presidentes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em Belém, em 2023, como relata a assessora internacional da Coiab Alana Manchineri.



Lançamento da Troika Indígena na COP29. Foto: Pepyaká Krikati

“Naquele momento, a gente precisou articular junto com as organizações da Apib e da Bacia Amazônica, pela Coiab estar na Amazônia e por ter expertise na agenda internacional, isso desde a participação dos nossos fundadores na ECO-92, onde surgiu a UNFCCC. Entendemos que precisávamos nos preparar para a COP no Brasil, além de preencher a falta de participação dos povos indígenas em alguns espaços internacionais. Precisamos ter esse olhar de solidariedade internacional, porque os povos indígenas no resto do mundo sofrem com os efeitos da crise climática, assim como nós, e enfrentam desafios parecidos. Durante o governo Bolsonaro, nós precisamos da força da agenda internacional para que muitos dos nossos direitos não fossem retirados. Nós estamos em um processo de fortalecimento da unidade do movimento indígena”, afirma.

Uma marcha da campanha ‘A Resposta Somos Nós’ está marcada para ocorrer no dia 10 de abril, no ATL, reunindo os povos indígenas presentes em Brasília, incluindo as delegações internacionais.

O CAMINHO ATÉ A COP30

A jornada da Coiab rumo à COP30 iniciou quando Belém foi anunciada oficialmente como sede da conferência, em 2023. Os povos indígenas entendem o peso de ter a Amazônia ser o palco da discussão global, como uma oportunidade de exigir do Estado brasileiro que protejam o bioma que funciona como barreira para as mudanças climáticas, reconhecendo o protagonismo dos povos originários como defensores da floresta e o

conhecimento ancestral indígena como o caminho para o equilíbrio climático.

Para isso, a Coiab incidiu ao longo do ano passado em eventos nacionais e internacionais sobre a pauta climática, sempre ampliando a voz dos povos indígenas sobre a temática. Isso inclui a Conferência de Bonn sobre Mudanças Climáticas, na Alemanha; o XI Fórum Social Pan-Amazônico, na Bolívia; o Fórum sobre Florestas Tropicais de Oslo, na Noruega; a Semana do Clima de Nova York, nos EUA; o G20 Brasil; a COP da Biodiversidade, em Calí, e a COP29, em Baku; e os encontros da Cúpula dos Povos Rumo à COP30.

Um marco importante para a Amazônia indígena brasileira foi a oficialização da liderança do povo Wapichana, Sineia do Vale, coordenadora do Comitê indígena de Mudanças Climáticas (CIMC), como co-presidente do Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudanças do Clima (Caucus Indígena), representando a América Latina e Caribe. O Caucus Indígena é o espaço oficial dedicado às populações indígenas para alinhamento das pautas de negociação da UNFCCC.

A Coiab também articula junto ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI) a incidência indígena na COP, demonstrado pelo encontro com a ministra Sonia Guajajara em Manaus, em dezembro de 2024, onde foram discutidas estratégias para construção de um modelo de organização da conferência para a participação dos povos indígenas. A expectativa é que Belém receba mais de 3 mil indígenas, só do Brasil, durante a COP; é necessário que as esferas federal e estadual, aliado ao movimento indígena, preparem-se para receber os parentes que vão entoar suas vozes durante a conferência.

Na agenda da Coiab, está prevista ainda a realização de uma pré-COP indígena em junho deste ano, em Brasília, reunindo novamente lideranças brasileiras e estrangeiras para alinhar seu posicionamento para a conferência. O objetivo de todos esses passos é ter uma participação indígena qualificada, que possa trazer resultados concretos que serão sentidos nos territórios indígenas.

“Tudo o que a gente faz, não pode ser superficial, a gente precisa ter subsídio de base. Desde a ECO-92, os povos indígenas vêm ocupando espaços oficiais onde antes era pouco vista a presença indígena. Desde lá, temos como missão participar de fato desse grande movimento. Sabemos que não é fácil estar dentro desses espaços, por muito tempo os indígenas estiveram na paralela, e agora temos um espaço oficial para essas discussões. Mas todas essas conquistas se são pelo trabalho feito nas TIs. A garantia do território é a garantia do clima equilibrado. Nós trabalhamos essa pauta a partir do chão da comunidade, fazendo entender como os impactos climáticos já chegaram em suas vidas, culturas e jeitos de viver”, explica Sineia do Vale.

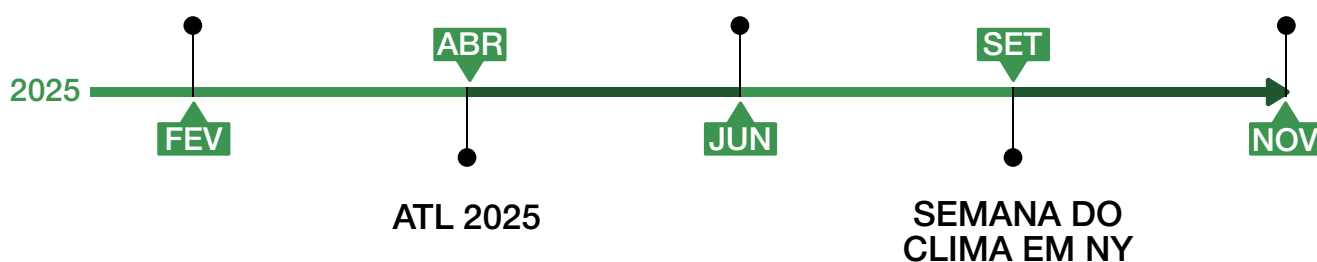


Sineia do Vale durante encontro do Caucus Indígena na COP29. Foto: Pepyaká Krikati

Encontro Político do G9 da Amazônia Indígena

PRÉ-COP INDÍGENA e Conferência de Bonn

COP30 BELÉM





G9 da Amazônia apresenta carta com demandas para os Estados rumo a COP30. Foto: Pedro Tukano

POR QUE LUTAR PELO CLIMA

“Os territórios indígenas estão na linha de frente e seguram os impactos climáticos no mundo inteiro. Somos os primeiros a serem impactados, os que mais sofrem e os que menos recebem ajuda, a não ser ajuda emergencial, quando o impacto já ocorreu e a situação está mais grave”, diz Luene Karipuna, coordenadora-executiva da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (Apoianp) - região Oiapoque.

A Terra Indígena Uaçá, lar de Luene, sofre atualmente com a praga vassoura-de-bruxa, que devastou as roças de mandioca, base alimentar do

território. O surgimento da praga é favorecido por fatores como a longa estiagem que afetou a Amazônia nos últimos dois anos. A falta da mandioca traz não só insegurança alimentar para as comunidades, como também afeta a cultura: sem mandioca, não há produção de farinha na kahbe, onde os indígenas socializam, ensinam e aprendem. A falta do alimento base também acarreta a introdução de alimentos industrializados na dieta dos territórios, o que impacta a saúde indígena, trazendo doenças como diabetes e hipertensão.

Com a estiagem prolongada e o ciclo da chuva alterado, os indígenas também perdem os marcadores de tempo próprios, explica Luene, o que afeta a percepção indígena sobre a natureza, consequentemente, seus modos de vida. “Tudo isso é afetado pelas questões climáticas, inclusive nossa saúde mental, porque as lideranças estão preocupadas em como resolver esses problemas”.

Por outro lado, o Oiapoque também enfrenta a ameaça da exploração do petróleo na Foz do Amazonas, abertamente apoiada pelo presidente Lula com argumentos desenvolvimentistas de que a exploração petrolífera vai ‘financiar’ a sonhada transição energética no Brasil. Segundo

Luene, os impactos socioambientais da perspectiva desse projeto já são sentidos no Oiapoque, com o aumento populacional e a aproximação da cidade da terra

indígena. Possíveis invasões territoriais e conflitos entre territórios indígenas e territórios pesqueiros podem ser consequências caso o projeto avance.

“O plano de contingência [prometido pela Petrobras] em caso de vazamentos] não abrange o nosso território, então na mínima possibilidade de um vazamento de petróleo, o nosso território esperaria 24 horas por ajuda. Isso é preocupante, pois só ano passado teve 731 acidentes com petróleo em alto mar. Houve recentemente o vazamento de petróleo na província equatoriana de Esmeraldas. Tudo isso traz imensa insegurança para nós”, pontua Luene.

Para a jovem liderança, a campanha ‘A Resposta Somos Nós’ é importante para fortalecer a luta contra os desafios da crise climática, que afeta tão profundamente os povos indígenas, e empreendimentos exploratórios que põem em risco todo um ecossistema e os povos que nele vivem. “A campanha contribui para a luta contra esses empreendimentos, dizendo que os povos indígenas são contra. Ali, mostramos nossa força, e se não fosse o movimento indígena, não teríamos segurado esse processo de exploração até aqui. Nós fazemos nosso papel e a Coiab tem puxado a luta para que os direitos dos povos indígenas sejam garantidos e que sejamos ouvidos em todos esses processos. A força da Amazônia é coletiva, a luta pelos nossos territórios e direitos é coletiva, é luta da Amazônia”, declara.



Foto: Kaiti Gavião

GRANDES EMPRESAS SÃO RESPONSÁVEIS POR DEGRADAÇÃO E AMEAÇAS A TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

MINÉRIO, DESMATAMENTO E RODOVIAS SÃO ALGUNS DOS EMPREENDIMENTOS DENTRO DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS COM POVOS EM ISOLAMENTO VOLUNTÁRIO

Por Robson Delgado Baré

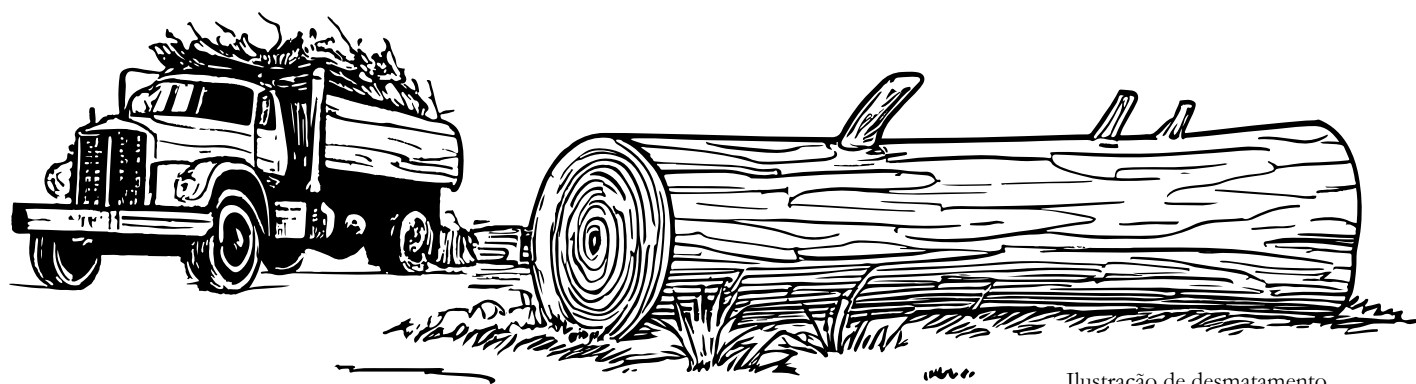


Ilustração de desmatamento

Uma das grandes ameaças atuais na Amazônia, que afetam especialmente as Terras Indígenas, são os grandes empreendimentos. Seja para a exploração de recursos naturais ou para projetos de infraestrutura, essas iniciativas trazem uma série de impactos socioambientais em nome do desenvolvimento. No Brasil, as empresas em ação na maior floresta tropical do mundo trazem riscos a territórios indígenas com populações já estabilizadas, assim como aos povos isolados e de recente contato.

Um exemplo é o caso do potássio na cidade de Autazes (AM). A empresa Potássio do Brasil avança sua exploração de minérios sobre terras indígenas reconhecidas. A mina de potássio fica próxima de terras indígenas demarcadas e homologadas, a Paracuhuba e a Jauary, além de outras duas comunidades indígenas em processo de demarcação, Urucurituba e Soares.

A TI Ituna Itatá (PA) é outro território invadido constantemente para o avanço do agronegócio, causando desmatamento e diminuindo o espaço dos indígenas em isolamento voluntário, mesmo com a validação pelo estado de restrição de uso do território.

O que assusta os povos indígenas é ver como o Estado lida com a presença dessas empresas em seus territórios, inclusive auxiliando e incentivando a permanência dessas companhias na Amazônia, como é o caso do leilão dos poços de petróleo na Foz do Amazonas, no estado do Amapá.

Para justificar os projetos predatórios que afetam as terras indígenas na Amazônia brasileira, as empresas adotam um discurso desenvolvimentista, alegando que a Amazônia e os povos indígenas, com seus territórios protegidos, não contribuem para o desenvolvimento econômico do Brasil. Esse discurso ignora a importância das Terras Indígenas para a preservação da

Amazônia, como barreira contra os efeitos das mudanças climáticas, e os diversos tipos de economia indígena que geram renda de forma sustentável dentro dos territórios.

Angela Kaxuyana, representante da Coiab na Bacia Amazônica e autoridade no assunto de povos indígenas em isolamento voluntário e de recente contato, fala sobre como esses projetos afetam os isolados.

“Como essas empresas adentram os territórios sem considerar a territorialidade das populações indígenas, nesse caso a dos povos indígenas em isolamento, elas afetam totalmente e colocam em risco a permanência desses povos indígenas. Ao fazer qualquer tipo de ação, seja de pesquisa ou implementação de projetos, onde há circulação da territorialidade dos povos indígenas isolados, essas empresas passam literalmente por cima das pessoas”.

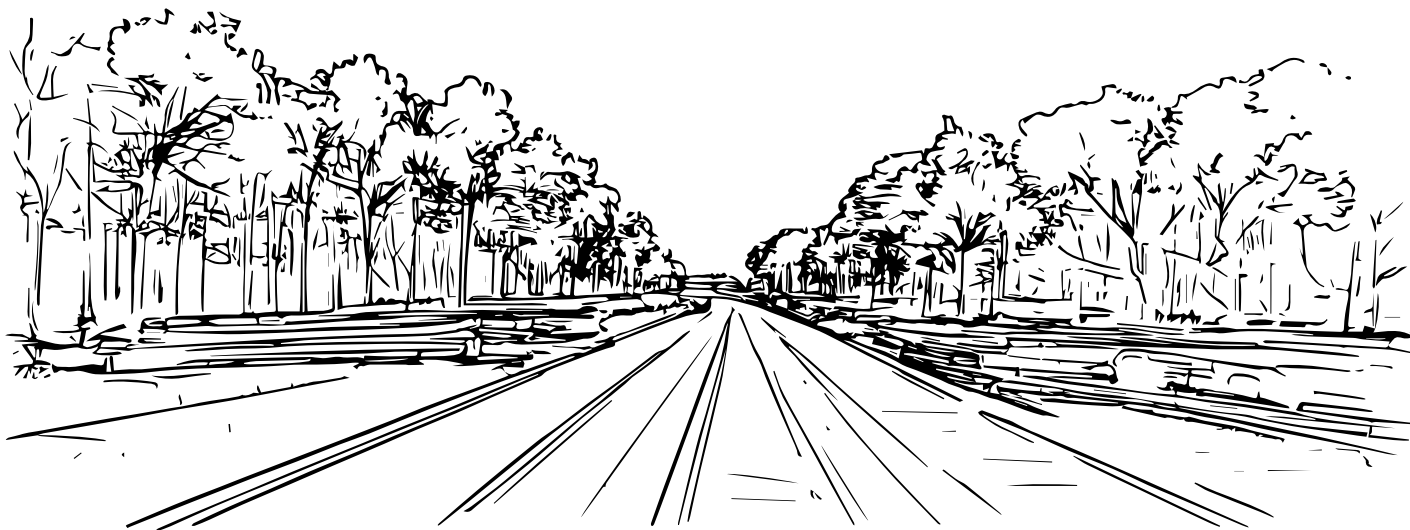


Ilustração BR 319

Para as organizações indígenas, qualquer efetivação desses empreendimentos sem a consulta ou presença dos povos indígenas das regiões afetadas é nociva à vida das populações originárias, e uma ameaça aos seus direitos fundamentais.

É fato que as terras indígenas da Amazônia são autossustentáveis e, em alguns casos, são a solução para o desenvolvimento de determinadas regiões. Um exemplo é a produção de artigos artesanais e as agroflorestas, que são fonte de sustento de muitas famílias e até de municípios ao redor do território. O caminho é apoiar os territórios para terem autogestão e independência financeira, tendo como bem comum a biodiversidade a ser protegida.

Angela cita também exemplos de resistência indígena bem-sucedida contra grandes empreendimentos em terras isoladas: “Uma resistência permanente dos povos indígenas do Tapajós, sobretudo do povo Mundurucu diante do complexo de hidrelétricas do Tapajós. Há pelo menos uma década, já vêm resistindo de forma muito corajosa em regiões onde o estado brasileiro anunciou a construção de hidrelétricas. Posso mencionar também a resistência e permanência também dos Waimiri Atroari, de Roraima, e tantos outros povos que tem se colocado frente a esses grandes empreendimentos e colocado como prioridade dentro das suas vidas permanecer na resistência para que esses empreendimentos não avancem nos territórios”, declara.

A Coiab por meio da Gerência de Povos Indígenas Isolados e Recente Contato (GPIIRC) e Assessoria Jurídica, trabalham juntos para que essas grandes companhias não afetem os povos isolados, incidindo em campanhas e diretamente no Estado, como explica a assessora jurídica Kari Guajajara.

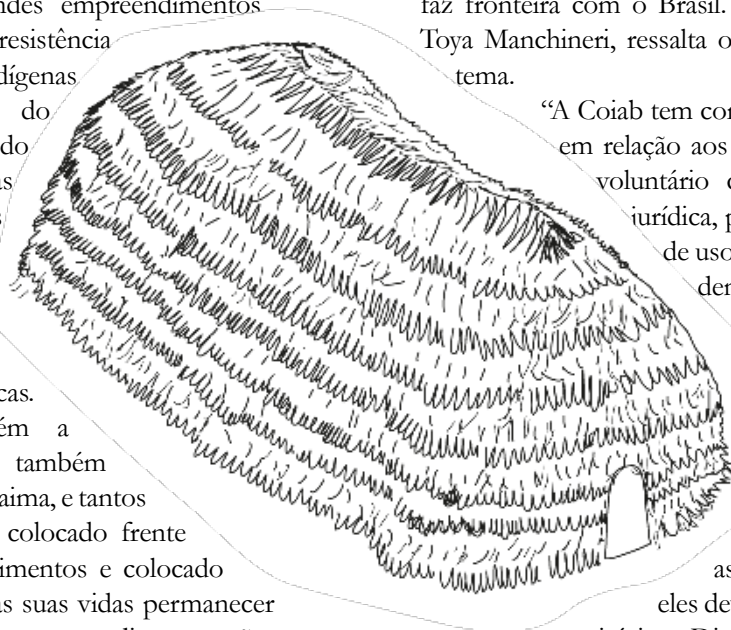
“Os eixos de atuação da assessoria transversalizam, necessariamente, a categoria de enfrentamento a grandes empreendimentos que ameaçam os territórios indígenas na Amazônia e a defesa dos direitos dos povos indígenas em

isolamento. Exemplos dessa afirmação é atuação da Coiab nas ações judiciais e políticas que tratam da BR-319 e a própria ADPF 991. A Coiab utiliza diferentes mecanismos jurídicos para atuar em defesa dos direitos indígenas no âmbito dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato e de enfrentamento a grandes empreendimentos que possam impactar negativamente os povos indígenas”, declara.

A GPIIRC trabalha de forma contínua nos territórios onde há presença de povos indígenas isolados, com parceiros e organizações de base da Coiab para verificar e pensar estratégias para a proteção desses grupos, no âmbito nacional e internacional, considerando que a mesma realidade assola os territórios dos parentes de outros países, como o Peru, que faz fronteira com o Brasil. O coordenador-geral da Coiab, Toya Manchineri, ressalta o compromisso da Coiab com o tema.

“A Coiab tem construído um trabalho muito bom em relação aos povos indígenas em isolamento voluntário com a gerência e a assessoria jurídica, pensando na questão de restrição de uso desses territórios para que sejam demarcados o mais rápido possível. Apesar desses esforços, a gente percebe que essas empresas que entram nos territórios não se importam com quem vive na região nem a situação que se encontram, excluindo qualquer tipo de contato com as organizações indígenas, a qual eles devem consultar. Afinal, são nossos territórios. Diante desses perigos, precisamos cobrar do governo a proteção dos povos isolados”, conta.

Vale ressaltar que a Coiab está atenta a garantir o cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exige consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas afetadas por empreendimentos. A Coiab também atua política e juridicamente para impedir que grandes empreendimentos avancem sobre terras indígenas, garantindo o respeito aos direitos e à autodeterminação dos povos indígenas na Amazônia, especialmente os em isolamento voluntário.



REDES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: PROJETO OFERECE FORMAÇÃO ESTRATÉGICA PARA LIDERANÇAS

CURSO É UM DOS COMPONENTES DO PROJETO DEDICADO A DESENVOLVER INSTITUCIONALMENTE AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DOS NOVE ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Por Valdeniza Vasques



Curso reúne 30 lideranças da Amazônia brasileira. Foto: Jakeline Xavier

Formar lideranças para atuarem de forma eficaz em suas organizações, com habilidades para enfrentar os desafios da contemporaneidade. Esse é o objetivo do curso de Formação Estratégica para Lideranças Indígenas, promovido pela Coiab por meio do Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi). O curso reúne, até maio deste ano, 30 lideranças da Amazônia brasileira, que recebem formação em temáticas estratégicas para o movimento indígena.

A formação integra o projeto Redes Indígenas da Amazônia, que completa um ano de lançamento em 2025. Com recursos do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do Fundo Amazônia, o projeto é desenvolvido pela Coiab, em parceria com a The Nature Conservancy (TNC) Brasil, com o intuito de promover estruturas, ferramentas e capacidades institucionais e técnicas para as nove organizações indígenas nos estados da Amazônia Legal, além da Umiab (União das Mulheres Indígenas da Amazônia).

Reunidos em Manaus durante três meses, as lideranças têm aulas divididas em 13 módulos, com temas que vão desde a história dos povos indígenas e o movimento indígena na Amazônia; passando por gestão ambiental e

territorial; até o âmbito das mudanças climáticas, REDD+ jurisdicional, mercado de carbono e governança. A ideia é que os cursistas elaborem projetos de captação de recursos para suas organizações regionais de base, para serem apresentados a possíveis investidores e parceiros da Coiab.

As lideranças participantes do projeto também devem participar do Acampamento Terra Livre 2025, em uma mesa na tenda da Coiab, onde compartilharão suas experiências a partir de um novo olhar na luta por seus direitos e territórios.



Lideranças têm aulas e dinâmicas sobre diferentes temáticas. Foto: Jakeline Xavier

O coordenador-geral da Coiab, Toya Manchineri, destaca a importância do componente de formação das lideranças no projeto Redes Indígenas da Amazônia: “Quando pensamos no projeto, tínhamos a ideia de fazer a formação para monitorar a PNGATI, mas acabamos fazendo algo maior, que é a formação das novas lideranças para que contribuam diretamente em seu território, na sua organização. Infelizmente temos poucos profissionais que conhecem a gestão pública, muitas organizações afundaram porque não souberam lidar com essas questões. Estamos formando lideranças da atualidade, que conhecem o seu passado, sua cultura, mas também conhecem o funcionamento do Estado, capazes de análise política, para levar a solução para os problemas do território”.

Toya ressalta ainda a paridade de gênero na formação, que reúne 15 homens e 15 mulheres, além de ter pessoas de diversas faixas etárias. “São 30 lideranças, dos mais jovens aos mais velhos, homens e mulheres. Isso é importante para nós, enquanto movimento coletivo, incentivar a inclusão da juventude e das mulheres”, disse.

Segundo Fernando Bittencourt, Coordenador do Projeto Redes Indígenas na TNC Brasil, “Investir na formação de lideranças indígenas é crucial para fortalecer o movimento indígena e garantir a defesa do clima no planeta. Essas formações capacitam as lideranças a desenvolver e implementar estratégias eficazes de gestão territorial e ambiental, essenciais para a proteção dos territórios indígenas e a mitigação das mudanças climáticas. Diversos povos indígenas na Amazônia já desenvolveram seus Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs). Vemos como essas ferramentas são vitais para a conservação da biodiversidade e a promoção de práticas sustentáveis. Ao fortalecer as capacidades institucionais e técnicas das organizações indígenas, estamos não apenas promovendo a autonomia e o bem-estar das comunidades, mas também contribuindo significativamente para a luta global contra a crise climática.”

PRÓXIMOS PASSOS

Está previsto ainda a realização de um curso de formação para Agentes de Monitoramento Indígenas (AMI), que será coordenado pela Gerência de Monitoramento Territorial Indígena (GEMTI) da Coiab. A ideia é que a rede Coiab e a Umiab tenham estruturas, ferramentas e técnicas consolidadas para acesso e controle social na implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), programas climáticos, além de fundos públicos e privados.

O projeto atua em quatro linhas. O primeiro componente consiste no aprimoramento e aplicação de ferramentas indígenas para o monitoramento participativo dos resultados da PNGATI, da execução dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental e demais Programas Climáticos. Na segunda linha, está previsto o fortalecimento de estruturas de governança participativa indígena, incluindo as nove organizações indígenas estaduais da rede Coiab e a Umiab. No terceiro componente está previsto a realização de formações pelo Cafí, incluindo cursos de extensão e de longa duração, além dos cursos de especialização. Por último, será realizada a consolidação da estrutura da Coiab e organizações indígenas da Amazônia. Este item inclui a reforma e estruturação da sede da Coiab, apoio para despesas de logística, consulta jurídica, entre outros

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

Participam do projeto, além da Umiab, as nove organizações indígenas que compõem a rede da Coiab são: Articulação dos povos e organizações indígenas do Amapá e Norte do Pará (APOIANP), Articulação dos Povos Indígenas do Amazonas (APIAM), Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins (ARPIT), Conselho Indígena de Roraima (CIR), Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA), Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), Federação Estadual dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA), Movimento Indígena do Acre, e Organização dos Povos Indígenas de Rondônia e Noroeste do Mato-Grosso (OPIROMA).



Grafismo: Textura cobra coral

DABUCURY: UM PROJETO PARA FORTALECER A GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA AMAZÔNIA LEGAL

INICIATIVA DA COIAB E CESE FORTALECE A AUTONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Por Antônio Marinbo Piratapuia



Equipe da CESE, Coiab e Fundo Amazônia/BNDES no lançamento do projeto na 20ª edição do Acampamento Terra Livre em Brasília
Crédito: Acervo Dabucury, abril de 2024.

Em 2024, durante o Acampamento Terra Livre, foi lançado o projeto e edital “Dabucury: Compartilhando Experiências e Fortalecendo a Gestão Etnoambiental das Terras Indígenas da Amazônia Brasileira”. A iniciativa é fruto da parceria entre a Coiab e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), com financiamento do Fundo Amazônia - BNDES.

O projeto está apoiando organizações indígenas dos nove estados da Amazônia Legal na implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) e na elaboração, conclusão ou atualização de instrumentos de Gestão Ambiental e Proteção Territorial, alinhados à Política Nacional de Gestão Territorial

e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

O termo Dabucury remete a uma festa tradicional dos povos indígenas da região do rio Negro (AM), simbolizando um momento de troca, partilha de alimentos e fortalecimento dos laços sociais e culturais entre comunidades e grupos. Essa simbologia inspira a proposta do projeto, que busca fortalecer o protagonismo dos povos indígenas na gestão de seus territórios.

UMA ALIANÇA PARA O FORTALECIMENTO INDÍGENA

O coordenador geral da Coiab, Toya Manchineri, destaca a importância do projeto para a autonomia das organi-

zações indígenas dos nove estados da Amazônia brasileira: “O Dabucury é essencial porque os recursos vão diretamente para as comunidades indígenas, sem intermediários. Cada organização da rede apresenta seu projeto conforme o edital e, uma vez aprovado, recebe o apoio e executa as ações em seu território”.

Para Sônia Mota, diretora executiva da CESE, o processo de elaboração dos projetos mobilizou as aldeias, gerando debates fundamentais sobre metodologias de elaboração de instrumentos de Gestão Ambiental e Territorial. “Esse movimento por si só já é um avanço, pois em muitos territórios, esse é um tema recorrente e com necessidade de apoio para elaboração

e implementação. Sem a parceria com a Coiab, que conhece muito bem a realidade dos povos indígenas da Amazônia, base de sua atuação, isso não seria possível”, ressalta.

A diretora executiva da CESE também enfatiza o papel estratégico da Coiab no projeto: “Além de parceira política, a Coiab tem papel fundamental no Comitê Gestor e na estratégia de Comunicação do projeto com o intuito de fortalecer a sua rede de comunicadores/as indígenas e para divulgar as ações do projeto de maneira mais ampla. Todos esses elementos, somados às ações que serão implementadas pelos grupos apoiados no primeiro edital, serão centrais para avançar no fortalecimento da gestão territorial e ambiental em territórios indígenas”.

Toya Manchineri recorda que a colaboração entre a Cese e a Coiab vem desde 1996, tendo se fortalecido ao longo dos anos. “Essa parceria sempre foi essencial para apoiar a Coiab na Amazônia, permitindo avanços significativos”, afirma.

AÇÕES REALIZADAS

As organizações indígenas, cuja “Carta Consulta” foi aprovada pela Câmara Técnica e pelo Comitê Gestor (CG), participaram de reuniões virtuais para alinhar seus projetos às diretrizes do PNGATI. O Comitê Gestor é formado pela CESE, Coiab, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Fundo Podáali e especialistas de notório saber, tendo a responsabilidade de definir estratégias para diversas questões relacionadas ao Dabucury. Atualmente 28 projetos estão sendo apoiados pelo projeto Dabucury, divididos em duas categorias:

- Urucum: 14 projetos com valores de R\$ 350 a R\$ 400 mil, com execução de 24 meses e ações voltadas para a implementação dos PGTA's das Terras Indígenas;

- Jenipapo: 14 projetos com valores de R\$ 200 a R\$ 250 mil com execução de 18 meses e ações voltadas para a elaboração, atualização ou conclusão de instrumentos de gestão ambiental e proteção territorial.

Em novembro de 2024, as organizações participaram da Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos, realizada em Manaus (AM), preparando-as para a execução eficiente de suas iniciativas. No mesmo período, ocorreu o seminário “Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI): avanços, desafios e estratégias de implementação na Amazônia Indígena”, promovido pela Cese e Coiab, com o apoio do Fundo Amazônia.

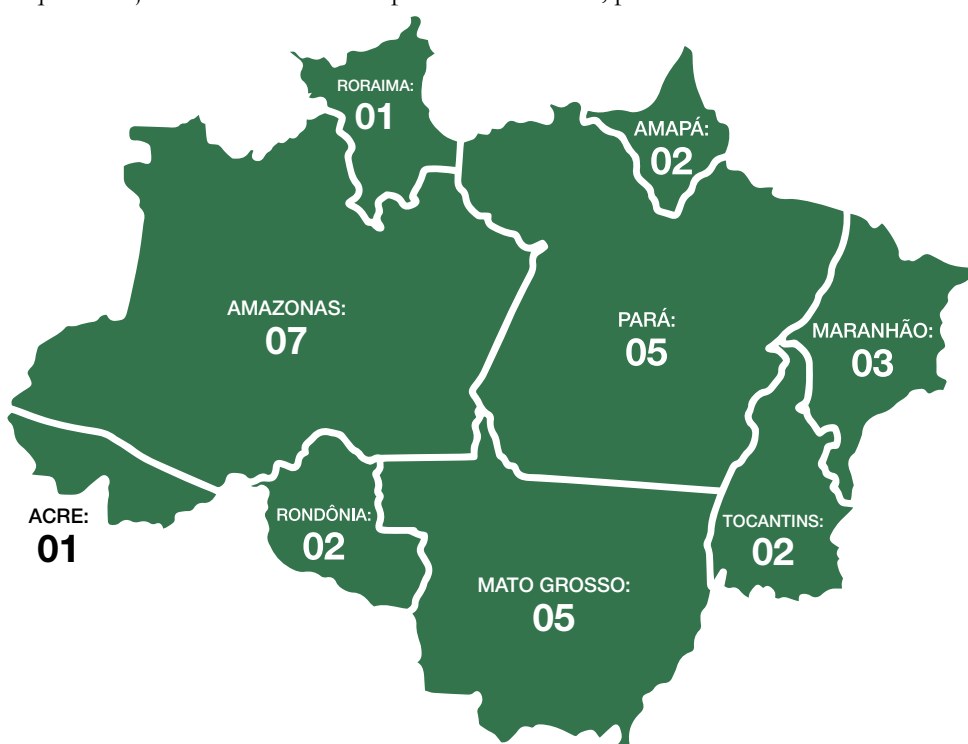
Em 2025, após a fase de capacitação e ajustes, deu-se início à assinatura dos contratos com a CESE e à transferência da primeira parcela do valor apoiado às organizações. Oficinas virtuais foram realizadas para esclarecer dúvidas sobre contrato, boas práticas de gestão e comunicação estratégica.



Representantes das Organizações Indígenas, categoria Urucum, na Oficina de Elaboração de Projetos. Crédito: Acervo Dabucury, novembro de 2024.

PRÓXIMOS PASSOS

Sônia Mota, explica que, com os contratos assinados e os recursos liberados, as ações podem finalmente ser implementadas nos territórios. “Essa é a parte mais importante e o sentido maior do Projeto Dabucury. Estamos felizes por isso e vamos dar o suporte da equipe CESE para que tudo corra bem na execução dos projetos lá na ponta. Também é momento de fazer os acordos formais com a rede de parceiros que vão ajudar a CESE no acompanhamento local”, pontua.



Total de projetos apoiados por estado



Foto oficial do Seminário sobre PGNATI. Crédito: Acervo Dabucury, novembro de 2024.

Para 2025 está sendo planejado um novo encontro da Rede de Comunicadores e Comunicadoras Indígenas e reuniões com o Comitê Gestor para lançar as bases em preparação ao lançamento do novo edital. “Essas e outras ações, previstas no planejamento, estão perfeitamente alinhadas ao objetivo do Projeto Dabucury. Esperamos que essa nova etapa contribua para ampliar o número de povos indígenas apoiados em outros locais da Amazônia e assim, melhorar a qualidade de vida das comunidades atendidas e fortalecer a resistência nos territórios”, explica a diretora-executiva da CESE.

PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO

Com objetivo de colaborar com as organizações indígenas, apoiadas pelo Dabucury, foi lançado um Guia de Gestão de Projetos e uma Websérie animada, com recomendações de boas práticas e orientações sobre como gerenciar melhor os projetos comunitários.

Esses materiais visam fortalecer a credibilidade e a autonomia das organizações indígenas, promovendo uma gestão transparente e eficaz dos recursos.

Para acessar os materiais, basta escanear o QR Code abaixo com a câmera do seu celular.



Grafismo: Povo indígena Kayapó



Guia de Gestão de Projetos



Vídeo: episódio 1 da
Websérie Animada do
Dabucury



Site oficial do Projeto
Dabucury e Websérie Animada do
Dabucury

CONEXÃO POVOS DA FLORESTA ATENDE MAIS DE 600 COMUNIDADES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

ALÉM DE CONECTIVIDADE, INICIATIVA LEVA PARA AS COMUNIDADES ACESSO A PROGRAMAS DE INCLUSÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA, ENTRE OUTROS

Por Valdeniza Vasques



Instalação da antena de internet na TI Riozinho Iaco (AC). Foto: Deborah Peres/MATHPA

Mais de 600 comunidades indígenas, situadas em 100 municípios dos nove estados da Amazônia brasileira, já estão conectadas em rede por meio de internet banda larga. Isso é graças ao projeto Conexão Povos da Floresta, uma iniciativa liderada pela Coiab, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), com o objetivo de levar conectividade a comunidades em territórios protegidos da Amazônia Legal.

Até o início de março deste ano, a iniciativa já havia alcançado 1.515 comunidades, beneficiando cerca de 131 mil pessoas. A expectativa é que, até o primeiro semestre de 2026, o projeto alcance a marca de 3 mil comunidades conectadas, entre indígenas, extrativistas e quilombolas.

Para o coordenador-geral da Coiab, Toya Manchineri, o projeto já trouxe diversos benefícios para as populações indígenas atendidas. “Primeiro, tira as comunidades do isolamento sobre a comunicação. Segundo, o projeto trabalha a questão da saúde via telemedicina, o que é muito necessário quando o atendimento médico mais próximo fica longe do território. Por fim, auxilia na questão do monitoramento territorial,

ajudando a fiscalizar o que acontece em nossos territórios”, enumerou.

Desta forma, as comunidades indígenas atendidas têm acesso a serviços de saúde, educação, segurança, trabalho e até mesmo financeiros. Como exemplifica Toya, uma reunião com órgãos como a Funai, que poderia levar horas de deslocamento até a sede do órgão mais próximo, agora pode ser feita por videochamada, diminuindo os gastos com logística de viagem. “Isso dá agilidade aos processos que as próprias comunidades desenvolvem”, destaca o coordenador-geral.



Instalação da antena de internet na TI Riozinho Iaco (AC). Foto: Deborah Peres/MATHPA

PILARES

O Conexão Povos da Floresta atua com base em três pilares: a implementação da infraestrutura necessária para a criação uma rede local conectada à internet banda larga; a implantação de um sistema de gestão e controle local da rede em cada comunidade, respeitando as suas demandas e seus costumes; e a oferta de programas de inclusão digital, com ações nas áreas de saúde, educação, empreendedorismo, monitoramento e proteção territorial e cultura e ancestralidade.

COMO FUNCIONA

As comunidades recebem um kit de conectividade que inclui equipamentos como antena de internet banda larga via satélite, roteador de alta capacidade, celular e computador. Locais sem energia estável também contam com kits de energia solar. A comunidade gerencia o uso da rede de forma colaborativa por meio de um aplicativo.

Grupos de trabalho oferecem programas de saúde, educação, empreendedorismo, entre outros, aos beneficiários. Por meio deles, os

programas desenvolvem ações como a telemedicina, que possibilita consultas à distância, e o curso de Sabedoria Digital, que forma facilitadores locais para usar a tecnologia de forma segura e consciente.

“Acreditamos que a Rede Conexão Povos da Floresta veio para potencializar as comunidades de maneira coletiva, para que elas possam se empoderar e se apropriar da conectividade para proteger seus territórios, continuar estudando, fortalecer os seus empreendedores, ter acesso à saúde, entre outros direitos e serviços. A rede vem para somar, trazendo legitimidade para a conectividade nas comunidades indígenas, de maneira segura e consciente. A Coiab, a Conaq e o CNS são os parceiros articuladores e institucionais que lideram esse projeto que, hoje, conta com mais de 40 parceiros e 1.500 comunidades. Esse é o maior projeto de conectividade que existe hoje, fortalecendo uma rede representativa dos povos da floresta”, afirma Juliana Dib Rezende, secretária executiva da rede Conexão Povos da Floresta.



Mais informações sobre o projeto podem ser encontradas no site oficial da iniciativa, em conexaopovosdafloresta.org (QR CODE)



Grafismo: TI kapyra

VOCÊ FAZ PARTE DESTA HISTÓRIA!

Foto: Xireyav Wai Wai



Ana Kahyana

Presidente da Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana (Aikatuk) Terra Indígena Kaxuyana Tunayana (PA)

“O projeto Garantindo os Direitos Territoriais dos Povos Indígenas trouxe maior comprometimento dos jovens de diferentes povos na defesa do território, especialmente os habitantes da TI Kaxuyana Tunayana, assumindo o compromisso e a responsabilidade de cuidados e segurança com o território e comunidades. Além disso, possibilitou uma experiência inédita e única na execução do projeto, feito diretamente pelas organizações indígenas da base, com a gestão própria, com a equipe técnica composta em maioria indígenas, jovens e mulheres. Ofereceu apoio ao fortalecimento institucional para Associações indígenas que atuam dentro da TI e outras terras indígenas, possibilitando a oportunidade de melhorar o ambiente de trabalho através de equipamentos, materiais dos escritórios para atuação na defesa dos direitos territoriais e dos povos indígenas na região da União do Território Wayamu.”

Jucimery Tariano

Coordenadora do Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas da FOIRN - Terra Indígena Alto Rio Negro (AM)

A formação está sendo muito proveitosa para nos ajudar na tomada de decisões e para levar conhecimento, aprendizagem e fortalecimento a nossas bases. Eu ouvia falar muito da Coiab e do trabalho que eles realizam, mas agora tenho a oportunidade de conhecer mais de perto, por meio deste curso. Isso significa muito para mim, estou tendo várias trocas de experiências com outros povos, de outros estados, com diferentes desafios a superar”.



Foto: Valdeniza Vasques

Wendel Apurinã

Coordenador executivo da Organização da Juventude Indígena de Lábrea do Médio Rio Purus (OjilMRP)

Essa formação que a Coiab está nos proporcionando por meio do Caf é muito importante pois nos traz uma nova visão, pensamento e olhar sobre as diversidades existentes em nossos territórios, principalmente na incidência política. Faz a gente entender a importância de buscar mais conhecimento para podermos de fato lutar e defender nosso povo, direitos e territórios”.

Foto: Acervo Pessoal



Foto: Kain Juma



Kajubi Uru Eu Wau Wau

Facilitador do projeto Conexão Povos da Floresta
Terra Indígena Juma (AM)



A chegada da internet na comunidade ocorreu por meio do Conexão Povos da Floresta, o que facilitou a conexão com o mundo exterior e proporcionou uma melhoria significativa na comunicação. A internet está auxiliando na saúde, na comunicação com a Sesai, para realizar cursos de forma remota, sem sair da comunidade, e também no monitoramento, utilizando novas ferramentas online para monitorar o território através da tecnologia. O trabalho da Coiab é essencial para nós povos e comunidades indígenas, especialmente na busca pela autonomia e representatividade. A aliança entre as comunidades indígenas e a Coiab fortalece o movimento indígena e promove a colaboração entre diferentes partes, garantindo que as necessidades dessas comunidades sejam atendidas”.

Taila Wajuru

Liderança e comunicadora indígena - OPIROMA.
Comunidade Indígena Wayoro (RO).



A tenda do Cafí me deu a oportunidade, como comunicadora, de cobrir o ATL e estar com meus filhos. Quando vejo hoje o material criado do Cafí Parentinho, com as crianças participando, enxergo a minha própria história. Então penso: talvez a minha realidade e dos meus parentes aqui tivesse sido mais fortalecida se, quando as nossas lideranças mulheres iniciaram sua caminhada há mais de 20 anos, já existisse um Cafí Parentinho. Já imaginou se eu tivesse sido formada em um Cafí Parentinho? Como seria minha atuação hoje?”



Foto: Acervo pessoal

Josias Sateré

Presidente da Associação dos KAPI e das Lideranças Tradicionais do Povo Sateré-Mawê do Rio Andira (KAPI)



O projeto da Dabucury deu à nossa organização indígena autonomia de decisão, fortaleceu e expandiu a área de abrangência de nossa organização para a execução na prática do nosso projeto de gestão territorial e ambiental, trazendo os cursos de capacitação para aperfeiçoar o trabalho de nossas lideranças indígenas, seguranças e agentes indígenas ambientais. Acreditamos que a terra é vida e com o território protegido, conseguimos plantar, caçar e garantir as matérias-primas para fazer o nosso artesanato, proteger a nossa terra e garantir o futuro das novas gerações”.

Foto: Acervo pessoal



COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA COIAB (2022 - 2026)

Toya Manchineri, Coordenador-Geral
Alcebias Saporá, Vice-Coordenador Geral
Dineva Kayabi, Coordenadora Tesoureira
Marciely Tupari, Coordenadora Secretária
Sergio Marworno, Vice-coordenador Secretário

EXPEDIENTE

Texto: Antônio Marinho Piratapuia, Robson Delgado Baré e Valdeniza Vasques
Edição: Valdeniza Vasques
Revisão: Alana Manchineri
Diagramação/ilustrações: Rafael Melgueiro

+55 92 8442-2243

secretaria@coiab.org.br | coordenacao@coiab.org.br

Avenida Ayrão, 235
Presidente Vargas
Manaus, Amazonas
Brasil | 69.025-290

@coiabamazoniaoficial

@coiabamazonia

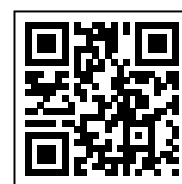
@CoiabAmazonia

@COIABAmazonia

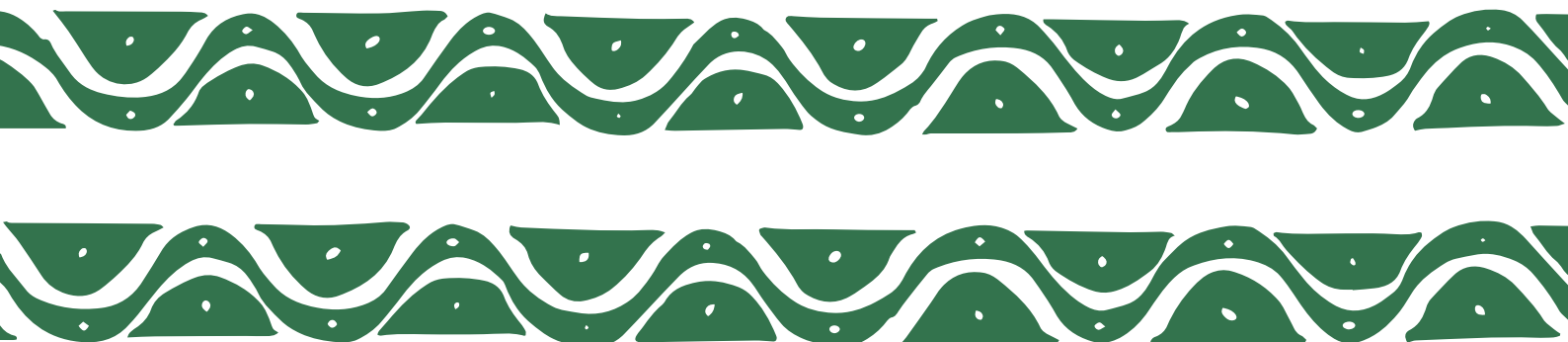
@coiabamazonia

Amazônia Indígena

Acesse nosso site



coiab.org.br



Grafismo: Jiboia



**Unir para organizar,
fortalecer para conquistar**



Fazemos parte: